



PDF dos aposentados/pensionistas mantém sequência de conquistas

Em 2012, pressão continua pelo novo teto, Promoções/2011 e Carreira dos Técnicos

O pagamento do PDF para aposentados e pensionistas da Sefaz a partir de outubro passado, em cumprimento da decisão judicial de fevereiro de 2010, foi mais uma grande vitória de nossa categoria. Este ganho mantém a sequência de conquistas dos fazendários para recompor sua remuneração, que foram iniciadas em 2002 e que teve um momento mais auspicioso a partir de 2007, com o governo Wagner e a gestão Carlos Martins na Secretaria da Fazenda. Porém, há pendências a serem resolvidas e o Sindicato vai perseguir uma solução, como é o caso do novo teto salarial, das promoções/2011 e da carreira dos técnicos administrativos.

Páginas 2, 4 e 5



O Sindicato continua as conversações para resolver as pendências na pauta

Em artigo, Rubens Santiago analisa a crise econômica

Páginas 6 e 7

Câmara Distrital aprova a Carreira Única na Sefaz-DF

Página 12

REDUTOR SALARIAL

Oportunismo ataca novamente

Até o menor grão de areia da paria conhece a veia oportunista da ONG criada para tentar atuar politicamente na Fazenda e que tenta, a todo custo, atrapalhar o avanço e o progresso na Sefaz. O que este menor grão de areia talvez não acreditasse

é que essa ONG teria ainda a desfaçatez de PONGAR nos processos do Sindsefaz e da Asfeb que tratam do Redutor Salarial, de forma a tirar proveito para poucos, porém atrapalhando o conjunto dos fazendários. **Página 3**

Uma vitória de tirar o chapéu

Pressão faz governo ceder e pagar direito conquistado na Justiça

Uma das grandes vitórias da nossa categoria em 2011 foi o início do pagamento do PDF dos aposentados e pensionistas. Vitória judicial, desde fevereiro de 2010 a entidade vinha exercendo pressão sobre o governo, que vinha enrolando para cumprir a decisão do Tribunal de Justiça.

Em outubro passado foi incorporado o ganho para os aposentados. E em novembro para a maioria das pensionistas. O Sindsefaz luta para que as demais pensionistas recebam.

Para chegar a este resultado aposentados e pensionistas fizeram várias manifestações, a exemplo de dois



protestos na Suprev (Superintendência de Previdência), que fica no Brotas Center, além de inúmeras idas a Saeb e Sefaz.

A firmeza e capacidade política do

Sindsefaz tem sido um instrumento de sucessivas e importantes vitórias de todos os fazendários. Na Tabela ao lado é possível verificar isso.

Retrospectiva das vitórias dos fazendários nos últimos anos

2002

Incorporação de CET de 15% com Plano de Cargos e Salários para ativos e aposentados.

2004

Reenquadramento de aposentados e pensionistas em 02 classes, com aumento salarial médio de 13% (vitória judicial do Sindsefaz).

2006

Vitória do Sindsefaz na justiça com incorporação da CET de 20% para aposentados.

2007

Acordo fechado com o governo, com reajuste de até 17,28%, beneficiando boa parte dos técnicos administrativos.

2008

Acordo salarial. Incremento salarial de 11,48% (para ativos e aposentados).

a) Retorno do valor do ponto da GF para 3%.

2009

Acordo salarial. Aumento nominal de 32,23% para aposentados e 18,79% para ativos:

a) Efeito remanescente do retorno do valor do ponto da GF para 3%

b) incorporação parcial do PDF (valor do ponto de 3% para 4%)

c) GF de 100% para 110%

d) Reajuste geral com ganho real de 3%.

Mudança do PDF para GDF dos técnicos administrativos, representando significativo avanço salarial, com percepção mensal do valor, em vez de trimestral, como era antes.

e) Reajuste do subteto salarial em 30%

2010

Acordo salarial. Aumento nominal de 14,17% para aposentados e 6,47% para ativos:

a) incorporação parcial do PDF (valor do ponto de 3% para 4%)

b) GF de 100% para 110%

c) Reajuste geral com ganho real de 3%.

2011

Acordo salarial. Aumento nominal de 13,16% para aposentados e 14,64% para ativos:

a) incorporação parcial do PDF (valor do ponto de 3% para 4%)

b) Reajuste geral com ganho real de 3%.

c) Subteto salarial é reajustado em 10,43%.

Oportunistas entram em cena

Cuidado com promessas dos “engenheiros de obras prontas”

A veia oportunista, elitista e desagregadora da ONG dos retrógrados volta a pulsar. E nem o clima natalino foi capaz de estimular os integrantes da ONG que atua politicamente na Sefaz a pensar no coletivo dos colegas auditores e agentes de tributos.

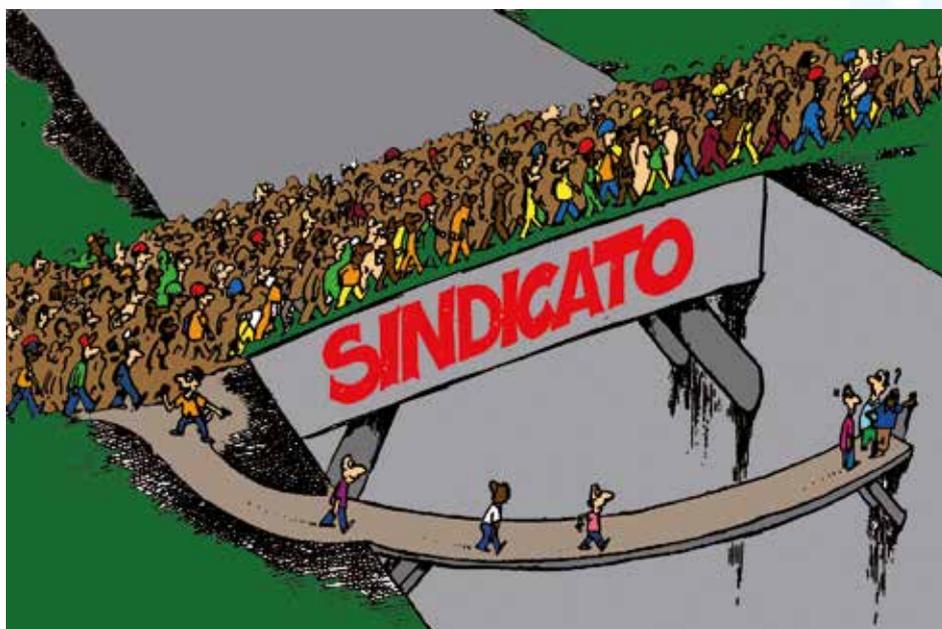
Conforme o Sindicato informou em boletim eletrônico nº 680, conquistamos uma grande vitória em torno dos processos do Redutor Salarial, já que uma das ações chegou à fase de Precatório, caminhando para uma solução final, abrindo o precedente para que as outras ações tenham o mesmo rumo vitorioso.

Tal não foi a surpresa do sindicato quando se depara com a notícia de que a ONG que atua politicamente na Fazenda fez carga do processo movido pelo Sindsefaz, anunciando a inscrição do primeiro Precatório.

O Sindsefaz alerta: muito cuidado com as promessas dos “engenheiros de obras prontas”.

O Redutor Salarial é uma luta de quase 17 anos e vem sendo diligentemente conduzida pelos advogados do Sindsefaz e da Asfeb. Muitos fazendários sequer acreditavam na vitória desta batalha judicial, mas as essas entidades continuaram firmes na continuidade dessa luta.

Em 14/12, por iniciativa do Sindsefaz, as diretorias das duas entidades se reuniram em Salvador com todos os advogados que acompanham as ações, inclusive os advogados que atuam em Brasília. O objetivo foi discutir a melhor forma de proceder a formação do



Precatório, de modo a fazê-lo da maneira que seja mais ágil e eficaz para os beneficiários.

Constituição tem nova redação sobre precatórios

A emenda constitucional de 2009 (EC 62) mudou significativamente a sistemática de Precatórios no Brasil. Por conta dela, o Conselho Nacional de Justiça baixou a Resolução nº 115/2011 estabelecendo os critérios que devem ser seguidos pelos Tribunais para pagar os Precatórios.

Na reunião ocorrida na sede do Sindsefaz, em 14/12, dirigentes do sindicato e da Asfeb e os advogados discutiram essa nova sistemática e a melhor maneira de proceder, considerando o grande número de interessados. Fecharam posição sobre algumas questões e deliberaram por solicitar audiência com a Presidente do TJ/Ba para conversar sobre o tema.

ONG vai atrapalhar de novo

Ao se arvorar no direito de fazer carga no processo, de maneira equivocada já que o prazo é comum, a ONG, mais uma vez, atrapalha o trabalho dos nossos advogados e mostra o quanto interesses mesquinhos e a falta de propósitos coletivos podem nortear comportamentos antiéticos e oportunistas.

O Sindicato lamenta essa atitude e alerta àqueles que desejem seguir esta aventura para a possibilidade de estarem assumindo novos custos, além dos já pactuados ao longo dos 17 anos, em um processo cuja fase judicial se finda visto que o Precatório nada mais é que um procedimento administrativo a cargo do Tribunal. Gastar mais, porque mesmo?

O Sindsefaz, com o respaldo dos diversos advogados interessados na questão, alerta que não vai ficar barato esse movimento dos oportunistas de plantão.

Segmento intensifica mobilização

Expectativa é de ver reivindicação atendida em 2012

Em 2011 os técnicos administrativos da Sefaz intensificaram a luta pela instituição da carreira específica. No último dia 6 de dezembro o segmento realizou um encontro estadual para debater a organização e debateram encaminhamentos para dar continuidade a essa jornada.

Após o encontro muitos dos presentes se dirigiram à Secretaria da Fazenda. Mesmo não estando agendado, o secretário Carlos Martins informou a uma comissão que o tema da carreira está sendo debatida internamente no governo e que ele teria encontros com o grupo de secretários que trata destes assuntos ainda em dezembro e também em janeiro.

Martins revelou ainda que sua posição sobre a questão é a mesma e manifestou aos técnicos presentes ao encontro a necessidade de se confiar na interlocução que vem sendo mantida entre o Sindicato e a Fazenda.

O Sindsefaz está atento ao assunto e vai acompanhar o desenrolar dos debates no governo no início de 2012. E vai continuar mobilizando o segmento, de imediato, para a Lavagem do Bonfim, dia 12 de janeiro, com concentração na Conceição às 8h.



2012

Sindicato cobrará pendências

Luta pelo novo teto, promoções 2011 e Carreira dos Técnicos



O governo usou o contingenciamento por conta da crise econômica para justificar as negativas aos pleitos dos fazendários no ano de 2011. Entretanto, no que pese a crise existir, a Bahia não deixou de arrecadar quase R\$ 1 bilhão em ICMS acima da meta mínima

estabelecida pela Secretaria da Fazenda e nem deixou de fechar acordos vantajosos para outras categorias do funcionalismo.

Isso só faz reforçar a convicção dos fazendários para cobrar, em 2012, as pendências existentes para com a categoria. O Sindicato

não abrirá mão de resolver três questões fundamentais: novo teto, promoções 2011 e Carreira dos Técnicos. E vai fazer isso com força tão logo passe o período de férias e antes que o calendário eleitoral paralise as conversações. Ou seja, a luta vai ser intensa no primeiro semestre.



Governo tem que ter coragem fazer a Bahia crescer com m

Rubens Santiago *

O Nordeste é um “continente” de oportunidades e a Bahia é a locomotiva desse novo desenvolvimento. Os investimentos em infraestrutura que estão sendo canalizados, nos próximos anos, pelo governo federal e investidores internacionais no Nordeste e, em particular, na Bahia poderão fazer desta terra um novo celeiro de oportunidades para o povo brasileiro. Basta o governo estadual fazer a sua parte.

Mas, e a crise? Crise, que crise? Fazer deste difícil momento econômico por que passa a Europa e os USA uma oportunidade para que o nosso país cresça de forma sustentada é um desafio, mas é plenamente possível se os governos forem os indutores deste suporte de desenvolvimento.

Fortalecendo o mercado interno com mais investimentos em infraestrutura e em pessoal, ampliando o emprego e valorizando a sua força de trabalho com melhores salários. São os caminhos para o Brasil e para a Bahia, “de Todos Nós”, trafegarem em céus de brigadeiro a tal “crise”.

A Europa e os USA

Não é o fim do mundo, mas a desorganização econômica, política e social das 17 federações que compõem a zona do Euro não sendo resolvida pode gerar uma ruptura total entre os seus membros, quiçá gerando até guerras. Temos como exemplo a Alemanha. O país mais rico da Europa vive uma recessão no nível da de 1929, isso é insustentável para o continente.

Mas a lógica, a racionalidade nos remete a acreditar na construção de um pacto federativo na Europa com a concepção de um Banco Central supranacional e um controle fiscal comum. A partir desse

momento algumas economias vão perder, mas o prejuízo será remediado com a normalidade econômica do bloco.

Os USA estão se recuperando, lentos, mas gradualmente saindo da crise. Tendo como ponto forte a inovação tecnológica que vai superando um dos seus maiores desafios, a geração de energia própria, os USA já conseguem produzir 20% a mais de novas fontes de energia interna diminuindo a sua maior dependência do petróleo externo.

Brasil

Dos países emergentes, o Brasil é o que é menos depende do comércio exterior, são 17% do PIB, a China, por exemplo, tem 50% do seu produto interno bruto vinculado ao mundo exterior.

A desorganização econômica, política e social das 17 federações que compõem a zona do Euro não sendo resolvida pode gerar uma ruptura total entre os seus membros, quiçá gerando até guerras.

Então, se teremos dificuldades para financiar as exportações, tendo demanda para isso, o nosso Banco Central tem força e volume suficientes para financiar o setor utilizando os 350 bilhões de dólares, das reservas cambiais que o Brasil possui hoje.

A situação é tão favorável que se no ano que vem o Brasil quiser quitar as suas dívidas usaria entre 40 a 50 bilhões de dólares apenas da sua reserva.



O país não está isento de “marolas”, afinal somos partes do mundo globalizado, mas estamos protegidos por um mercado interno forte, vigoroso, um BC musculoso e um futuro promissor. Um pré-sal que a natureza nos deu com apenas 7 mil metros de profundidade e a 200 Km da nossa costa marinha que gerarão para as próximas décadas energia, petróleo e equilíbrio na nossa conta corrente.

A outra lição que deve ser entendida, e que o BC continua fazendo corretamente a sua parte, apesar dos assombros de Mirian Leitão e dos colonistas especialistas da Folha, Estadão é a gradual diminuição da taxa de juros que no Brasil ainda é astronômica, em relação ao resto do mundo.

Daí decorre o cuidado com o câmbio que deve ser competitivo. Este deixou de ser um preço relativo de onde dependeria o equilíbrio do fluxo da exportação e importação, para se tornar um ativo financeiro. Temos a terceira moeda mais negociada no mundo. Especialistas apontam que o câmbio chinês estaria 30% a mais desvalorizado e o nosso Real 20% a mais valorizado. Isso, em um dado momento, vai ter sua moldura consertada.

...m, ousadia e inovação para ...melhor renda para os baianos

Cabe ao Brasil continuar investindo na agricultura e mineração, setores importantes neste novo Brasil. Mas que geram grandes produções e pouca utilização de mão de obra. Então, é necessário que o estado fortaleça a indústria e o setor de serviços para inserir mais brasileiros no mercado de trabalho. Em 2020 seremos 150 milhões aptos a trabalhar.

Então o caminho é fortalecer, solidificar o mercado interno, melhorar os investimentos em infraestrutura, como vem sendo feito, sobretudo, no Nordeste (cite-se a transnordestina, a reforma, construção e ampliação de portos, etc..) e melhorar a qualidade da força de trabalho através de investimento em educação, capacitação da mão de obra e em incrementos salariais para fortalecer o poder de compra deste mercado interno, tão próspero no Brasil.

O nosso Banco Central tem força e volume suficientes para financiar o setor utilizando os 350 bilhões de dólares, das reservas cambiais que o Brasil possui hoje.

Cresceremos este ano cerca de 3% com inflação de 6,5%. A previsão para 2012 é 4% com inflação girando entre 5 e 5,5%, portanto, diante da confusão econômica no mundo, números bons para um país em pleno desenvolvimento.

A Bahia

Nos próximos 20 anos o Brasil será o

melhor mercado em investimentos no setor petroquímico. Consta que há mais de 50 projetos de alta taxa de retorno nas próximas duas décadas e a Bahia está incluída neste fenômeno nacional.

No Nordeste serão 140 bilhões de reais em investimentos em ferrovias, siderurgias, refinarias até 2020.

Para os baianos, a nova malha ferroviária permitirá menores custos de deslocamento da produção e escoamento através dos nossos portos. A capacidade dos portos baianos engole o porto de Suape em Pernambuco, peça de mídia constante da fraca oposição política no Estado.

Até 2014 serão depositados como investimentos no Nordeste 5,6 bilhões de reais em obras públicas. Os investimentos do BNDES cresceram 50% no Nordeste, de 2008 a 2011, saindo de 8% para 12%, enquanto que no Sudeste caiu de 57% para 50%. Ainda é pouco, mas a tendência é de um maior crescimento para os próximos anos.

A Bahia ocupa a quarta posição na preferência de empresas estrangeiras para investimento, segundo o Ministério do Desenvolvimento (MDIC) e estão programados para os próximos anos investimentos na ordem de **R\$ 10,5 bilhões**.

A agenda para a Bahia é investir no mercado interno

Aos baianos o estado, como herança, ainda deve muitas ações. Seja na saúde, educação, segurança, ou outros serviços públicos. Então, para assistir à população a força pública necessita de infra-estrutura e mão de obra. Se há investimentos pautados nos próximos anos para fazer

alavancar a Bahia na estrutura, quem executaria esses serviços nos hospitais, salas de aulas, na segurança das ruas, nos postos fiscais?

Até 2014 serão depositados como investimentos no Nordeste 5,6 bilhões de reais em obras públicas. Os investimentos do BNDES cresceram 50% no Nordeste, de 2008 a 2011, saindo de 8% para 12%, enquanto que no Sudeste caiu de 57% para 50%.

É obrigação do governo realizar concursos públicos nas mais diversas áreas do estado, proporcionar melhorias as condições de trabalho dos servidores, aumentar os seus vencimentos de forma constante, valorizando as carreiras profissionais e permitindo que os quase 270 mil servidores incrementem o comércio baiano. Porque melhores salários na Bahia significam um mercado interno forte, vigoroso e vivo, fazendo aumentar as arrecadações de tributos que viabilizarão a execução de outras obras e a inclusão social dos menos favorecidos.

Esta deve ser a agenda do governo da Bahia. Algo fora desse contexto sugere proselitismo político, envolto num discurso neoliberal, antagonizando a pauta social exigida.

* Rubens Santiago é economista e diretor de Comunicação do Sindsefaz

Sindsefaz recebe parlamentares e gestores

Evento já se tornou tradição e acontece todos os anos

Como faz todos os anos, o Sindsefaz reuniu parlamentares e autoridades em um jantar na noite do dia 19 de dezembro, na churrascaria Boi Preto, em Salvador, para debater a conjuntura política e estreitar relações.

Estiveram presentes os deputados federais Nelson Pelegrino, Alice Portugal, Daniel Almeida e Amauri Teixeira, e os estaduais Zé Neto, Álvaro Gomes e Fabrício Falcão. Presentes também o subsecretário da Fazenda, Carlos Batista, além dos superintendentes Jorge Wilton e Cláudio Meireles e o Inspetor da IFMT Metro José Arnaldo.

Quem também prestigiou a atividade foi o Procurador Geral do Estado, Rui Moraes Cruz e o procurador Elder Verçosa. Estiveram presentes ainda Mary Cláudia Cruz, assessora do secretário de Relações Institucionais, Paulo César Lisboa e o diretor da Serin, Emilson Piau.

Historicamente, os presentes ao evento têm mantido uma excelente relação com o Sindsefaz, seja no encaminhamento de demandas da categoria, seja no debate e apoio aos interesses do povo baiano e brasileiro. A diretoria do Sindicato reafirmou a parceria e boa relação com os presentes e agradece a todos que compareceram e aos demais convidados, que por compromissos assumidos anteriormente não puderam comparecer.



Grande imprensa tem lado

Veículos rasgam compromisso com o jornalismo e atuam como partidos políticos

Só jornalistas bobos e leitores incautos ainda acreditam na imparcialidade da imprensa. Aqui no Brasil, fato, os veículos de comunicação, dirigidos por meia dúzia de famílias que controlam o espectro televisivo, escrito e radiofônico, têm lado, no momento são de oposição ao governo federal e sua filiação partidária é clara: são do PSDB e do DEM.

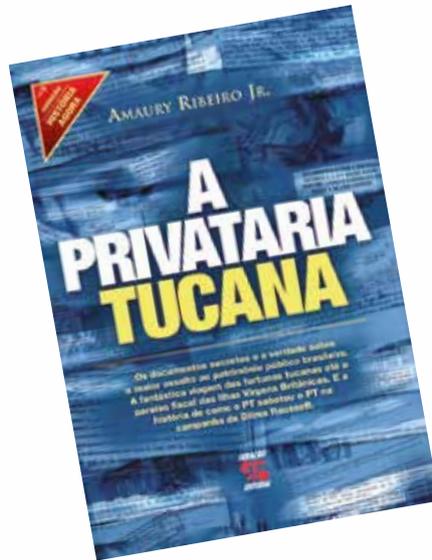
O episódio a envolver o livro A PRIVATARIA TUCANA, do jornalista Amaury Ribeiro Jr., que denuncia (com documentos oficiais) falcatruas envolvendo o PSDB e especificamente José Serra, nas privatizações do governo FHC, virou um best seller. Vendeu 30 mil cópias em 4 dias e se formou uma fila de 50 mil pedidos que surpreendeu até o editor responsável pela publicação.

Mas o que foi um fenômeno de vendas e trouxe fatos graves a envolver a entrega de invejável patrimônio público a poucos empresários privados - entre os quais o irmão do ex-senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), Carlos Jereissati, que de dono de shoppings virou controlador de uma empresa de telefonia com atuação em 14 estados -, não mereceu qualquer cobertura da imprensa-xerife.

O livro A PRIVATARIA TUCANA traz denúncia de circulação de R\$ 2 bilhões (isso mesmo, dois bi) por contas em paraísos fiscais, sob o comando de pessoas do PSDB e familiares de José Serra.

No Brasil, a mídia nativa virou polícia federal e juiz. Investiga, persegue e condena de forma implacável (muitas vezes sem prova), que o diga a ação organizada para derrubar ministros do governo Dilma sobre os quais recaiam

alguma suspeita de corrupção. Mas a mídia se calou quando os denunciados são membros do PSDB e da oposição.



País de democracia pela metade, este é o Brasil, onde veículos de comunicação divulgam o que são convenientes, conforme sua orientação partidária. Sim, porque por aqui, muito mais que fazer o papel de imprensa, Veja, Globo, IstoÉ, Estadão, Folha e outros apensados fazem o papel de partidos políticos. Usam da pena de alguns jornalistas, que alçados ao papel de estrelas midiáticas, cumprem fielmente seu papel de tentar influenciar a sociedade brasileira.

É bom que se repita. A PRIVATARIA TUCANA traz denúncia de circulação de R\$ 2 bilhões (isso mesmo, dois bi) por contas em paraísos fiscais, sob o comando de pessoas do PSDB e familiares de José Serra. É muito dinheiro e como a denúncia é documentada (material da CPI do Banestado) merecia da mídia o mesmo tratamento que ela deu às denúncias contra ministros do governo Dilma, que envolviam milhões e não bilhões. Mas é um silêncio típico dos velórios. Apesar das graves denúncias trazidas pelo jornalista Amaury Ribeiro Jr, a grande imprensa tratou de calar. Nem um pouco do turbilhão de

matérias, investigações, repórteres no encaço dos envolvidos. Nada disso. A mídia calou quando o problema chegou no PSDB, FHC e José Serra.

Porém, se o silêncio da mídia engana bobos e desinforma incautos, as redes sociais e a internet permitiram que o livro A PRIVATARIA TUCANA se transformasse em sucesso de vendas, que embalasse um pedido de CPI - já protocolada na Câmara pelo deputado e ex-delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz - e impedisse que uma pá de cal continuasse colocada sobre crimes cometidos contra a nação brasileira, contudo escondidos pelas páginas e transmissões dos jornalões e TVs. Engraçado que mudez midiática em torno deste caso se deu no mesmo período em que a pressão dos veículos era enorme contra o ministro Fernando Pimentel, por conta das consultorias prestadas por este quando deixou a Prefeitura de Belo Horizonte.

Veja, Globo, IstoÉ, Estadão, Folha e outros apensados foram abatidos com este episódio. Ficou comprovada a hipocrisia de sua luta contra a corrupção, feita somente quando não atinge seus amigos e os partidos com quem faz dobradinha política.

O ano de 2011 termina com a esperança de que nem tudo está perdido na cobertura jornalística no país. Perdida mesmo está a grande mídia - Veja, Globo, IstoÉ, Estadão, Folha - abatida com este episódio. Ficou comprovada a hipocrisia de sua luta contra a corrupção, feita somente quando não atinge seus amigos e os partidos com quem faz dobradinha política.

Fetrab entrega documento

Entidade pede ao governo reabertura das negociações

No dia 22 de dezembro a Fetrab (Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia) esteve na Governadoria, para protocolar o documento com pedido de reabertura das negociações, com retomada da Mesa Central e entrega da pauta geral de reivindicações do funcionalismo. Na oportunidade uma comissão de dirigentes sindicais foi recebida por representantes do governo.

Participaram da reunião o secretário de Relações Institucionais (Serin), Paulo César Lisboa; o Chefe de Gabinete do governador, Edmon Lucas e o diretor da Serin, Emilson Piau. Pelo funcionalismo estavam Marinalva Nunes (coordenadora da Fetrab), Inalba Fontenelle (diretora do Sindsaúde), Jorge Claudemiro (diretor do Sindsefaz), Nelson Santos (diretor do Sinspeb) e Adilson Araújo (presidente da CTB Bahia).

Os sindicalistas apresentaram o documento que foi protocolado e



reafirmou que há uma decepção com o governo pela suspensão unilateral da Mesa Central de Negociação, salientando que atualmente apenas algumas mesas setoriais têm funcionado, muito por conta do poder de pressão de cada categoria, que por uma política governamental de debater as reivindicações. Os representantes do governo ouviram e comentaram algumas colocações,

reafirmando a posição da gestão de que muito tem sido feito pelo funcionalismo.

A Fetrab vai manter o seu calendário de luta, com presença logo em janeiro na Lavagem do Bonfim, com seu cordão específico, para chamar a atenção da sociedade e das autoridades para as suas reivindicações.



Fenafisco busca ampliar direitos

Federação atua em Brasília no Congresso e no Judiciário

A Federação Nacional dos Fiscos Estaduais, através de sua diretoria, vem mantendo permanente vigilância em Brasília, atenta aos projetos que tramitam no Congresso Nacional e que dizem respeito aos servidores do Fisco, bem como atuando junto ao Judiciário para garantir ou estender direitos a nossa categoria.

Recentemente a Fenafisco impetrou, no Supremo Tribunal Federal (STF), Mandado de Injunção (MI) que visa estender ao Fisco Estadual e Distrital o direito à aposentadoria especial. Por uma questão de praticidade e economia processual, os advogados optaram por impetrar o Mandado contemplando os três incisos do art. 40, § 4º da Constituição Federal. A referida norma estabelece os casos em que será concedida a aposentadoria especial, a saber: I - portadores de deficiência; II - que exerçam atividades de risco; e III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. O relator é o Ministro Ricardo Lewandowski.

PEC 443/2009

A Federação também está atenta para a PEC 443/09, projeto que eleva o teto da remuneração das carreiras típicas de Estado de advogados e defensores públicos para 90,25% do subsídio dos ministros do STF. Essa será a prioridade da entidade no início de 2012, que quer ver reconhecido o direito do Fisco, como Carreira de Estado, portanto, uma categoria que deve estar presente no rol das carreiras atendidas pela proposta.

O deputado João Dado (PDT-SP)



já apresentou uma emenda na Comissão Especial incluindo o Fisco Estadual e Distrital no texto da PEC 443/2009. Nas mobilizações feitas em outubro e novembro passados, com participação ativa de diretores do Sindsefaz, a Federação colheu importantes apoios. Diversos deputados manifestaram que defenderão à inclusão da categoria na PEC 443/2009, dentre eles: Amauri Teixeira (PT/BA), Décio Lima (PT/SC), João Campos (PSDB-GO), Manoel Júnior (PMDB/PB), Nelson Pelegrino (PT/BA), Valadares Filho (PSB/SE), Valtener Pereira (PSB/MT) e Sérgio Barradas Carneiro (PT/BA). A articulação do Sindicato garantiu ainda os apoios dos deputados Daniel Almeida e Alice Portugal, ambos do PCdoB.

“Vemos uma evolução no trabalho de incluir o Fisco Estadual e Distrital na PEC 443/2009. A perspectiva é muito boa. Apesar disso, mais do que nunca, devemos intensificar o contato com os deputados nos Estados. Isso é fundamental para alcançarmos nosso objetivo”, ponderou Rogério Macanhão, diretor da Fenafisco.

PEC 270/2008

Uma outra matéria que está merecendo a atenção da Fenafisco é a PEC 270/2009, que foi aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em primeiro turno. A Proposta concede aposentadoria integral aos servidores públicos aposentados por invalidez permanente caso tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, data de publicação da Emenda Constitucional 41, a última reforma da Previdência. A matéria, de autoria da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), foi aprovada por unanimidade (401 votos), mas precisa passar por um segundo turno de votação antes de ser enviada ao Senado.

De acordo com o texto, o servidor que entrou no setor público até essa data e já se aposentou ou venha a se aposentar por invalidez permanente terá direito a proventos calculados com base na remuneração do cargo em que se der a aposentadoria, sem uso da média das maiores contribuições, como prevê a Lei 10.887/04, que disciplinou o tema. Essas aposentadorias também terão garantida a paridade de reajuste com os cargos da ativa, regra estendida às pensões derivadas desses proventos.

Governo do DF enfrenta debate

Lei reestrutura cargos do Fisco em uma única carreira

A Câmara Distrital do DF aprovou uma lei proposta pelo governo local que reestrutura as carreiras do Fisco, obedecendo o mesmo princípio do que foi feito na Bahia pela lei 11.470/2009. Lá, como aqui, com atribuições semelhantes para os cargos, a legislação veio para racionalizar e melhor aproveitar o trabalho dos servidores.

Também lá houve contestações e em discussões ocorridas na Assembleia Distrital manifestações semelhantes às ocorridas aqui tentaram descaracterizar o caráter constitucional da matéria, o que impediu, entretanto, sua aprovação. Coube aos secretários da Fazenda e o da Administração do DF a defesa da matéria.

Importante observar, entretanto, a manifestação de atuais e ex-ministros do Supremo Tribunal Federal, que reconhecem como legal o aproveitamento de servidores em cargo

igual ou semelhante, respeitando o princípio da investidura por concurso público.

Um dos mais contundentes foi um parecer do ex-ministro do STF, Francisco Rezek: “Os cargos de auditor tributário, agente fiscal tributário e fiscal tributário pertencem à mesma carreira, mostram compatibilidade retributiva, pressupõem o mesmíssimo nível superior de escolaridade para seu provimento e guardam afinidade de atribuições, sendo de todo constitucional a criação do novo cargo pelo projeto de lei 559 com o aproveitamento dos ocupantes dos cargos preexistentes. Diferente é, assim, o instituto da transposição ou ascensão, que ocorre quando o servidor público passa para cargo de conteúdo ocupacional diverso”.

Tais posições refletem a visão de uma organização dos estados em carreiras tecnicamente e juridicamente seguras e

de um estado que seja eficiente.

Esta lei do Distrito Federal vem comprovar que é cada vez mais pacífico nos governos estaduais a busca de modernização dos Fiscos, de forma que o trabalho fique mais proficiente e atenda aos interesses do Estado e da população.

Aqui na Bahia os números mostram isso, basta observar que houve um incremento de 140% na arrecadação no Trânsito de Mercadorias após a aplicação da Lei 11470/2009 e o diferenciado desempenho dos colegas que fiscalizam as empresas impactadas pelo Simples Nacional. Tão importante quanto, é a melhoria do trabalho realizado pelos auditores fiscais nas médias e grandes empresas da Bahia, o que, no seu conjunto, representará uma arrecadação quase R\$ 1 bilhão maior em 2011, se comparado com as previsões iniciais da própria Sefaz-BA.

Veja o que dizem ministros e ex-ministros sobre o tema

“Tratando de questão análoga à presente no julgamento da ADI nº 1.591, Rel. Min. Octavio Gallotti, este Supremo Tribunal reconheceu a similitude entre as carreiras de Auditor de Finanças Públicas e de Fiscal de Tributos Estaduais, ambas do Estado do Rio Grande do Sul, a permitir, sem agressão ao postulado do concurso público, a criação de uma única carreira, de Agente Fiscal do Tesouro. A tese prevalecente foi a de que, ocorrido um processo de gradativa identificação entre as categorias - calcadas na afinidade das atribuições e na equivalência de vencimentos - e, ainda, tendo-se em vista o legítimo propósito da Administração Pública em racionalizar duas atividades que possuíam o mesmo universo de atuação, não se vislumbrava qualquer afronta ao art. 37, II da Lei Fundamental”.

Carmem Lúcia

Projeto de lei de iniciativa do Governador, dispondo sobre a reestruturação da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal: Gradativa aproximação e identificação entre as categorias integrantes da carreira. Nenhuma afronta à Constituição quando entre os cargos existe compatibilidade retributiva, exigência do mesmo nível de escolaridade para seu provimento e afinidade de atribuições. Jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal. Autorização expressa - no § 311 do artigo 41 da Constituição da República -

para o aproveitamento dos servidores ocupantes dos cargos extintos”.

Francisco Rezek

“O aproveitamento do servidor em outro cargo igual ou semelhante ao cargo extinto por este substituído (provimento derivado) é de todo compatível com a exigência constitucional de concurso público para a investidura em cargo ou emprego público. Não constitui acesso, ascensão ou transposição; não afronta a exigência constitucional”.

Eros Grau

“... o que houve, na verdade, foi o trato da matéria de uma forma mais organizada, visando, portanto, a afastar convictos que surgiram tendo em conta as duas denominações, simples denominações, porquanto voltadas a atividades, na maioria dos pontos, idênticas, para o mesmo _m.”

“... ocorrido um processo de gradativa identificação entre as categorias - calcadas na afinidade das atribuições e na equivalência de vencimentos - e, ainda, tendo-se em vista o legítimo propósito da Administração Pública em racionalizar duas atividades que possuíam o mesmo universo de atuação, não se vislumbra qualquer afronta ao art. 37, II da Lei Fundamental”.

Ellen Gracie